



Serena Desenvolvimento S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro
de 2024

Índice

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMONIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	9
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	10
3. GESTÃO DE RISCOS.....	18
4. EVENTOS ESPECIAIS OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO.....	24
5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO.....	25
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA RESTRITO.....	28
7. CLIENTES.....	29
8. TRIBUTOS A RECUPERAR.....	30
9. OUTROS CRÉDITOS.....	31
10. INVESTIMENTOS.....	31
11. IMOBILIZADO.....	32
12. INTANGÍVEL.....	36
13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	37
14. FORNECEDORES.....	44
15. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS.....	44
16. CONTAS A PAGAR AQUISIÇÃO DE EMPRESAS.....	45
17. OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	46
18. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO.....	46
19. PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS.....	47
20. PARTES RELACIONADAS.....	49
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	50
22. RECEITA.....	50
23. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA.....	52
24. RESULTADO FINANCEIRO.....	52
25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	53
26. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	58
RELATÓRIO DO AUDITORES INDEPENDENTES.....	59

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de Reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	6.493	178	191.230	7.356
Aplicações financeiras	6	-	6.012	-	332.749
Clientes	7	-	22.300	63.648	82.670
Tributos a recuperar	8	1.890	1.273	101.782	11.359
Partes relacionadas	20	12.211	814	33.758	118
Instrumentos financeiros	25	-	-	5.976	-
Outros créditos	9	33	17	68.895	77.433
		20.627	30.594	465.289	511.685
Não circulante					
Caixa restrito	6	-	-	199.535	20.534
Tributos a recuperar	8	-	-	6.612	1.817
Partes relacionadas	20	-	-	8.676	-
Outros créditos	9	8.700	600	72.520	65.642
		8.700	600	287.343	87.993
Investimentos	10	1.623.627	1.768.748	4.648	-
Imobilizado	11	149.353	141.266	5.988.957	5.258.936
Intangível	12	90.800	90.800	568.943	474.731
		1.863.780	2.000.814	6.562.548	5.733.667
		1.872.650	2.001.414	6.849.891	5.821.660
Total do ativo		1.893.277	2.032.008	7.315.180	6.333.345

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

Passivo e Patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Circulante					
Fornecedores	14	1.319	9.798	43.629	258.987
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	652.957	221.081	1.261.793	2.716.217
Passivos de arrendamentos	19	-	-	782	-
Obrigações trabalhistas e tributárias	15	7.116	7.134	31.923	26.695
Partes relacionadas	20	373.958	25.792	464.640	29.346
Contas a pagar aquisição empresa	16	72.724	73.248	72.724	73.248
Outras obrigações	17	9	8.506	28.044	22.596
		1.108.083	345.559	1.903.535	3.127.089
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	-	649.387	4.259.952	1.986.406
Passivos de arrendamentos	20	-	-	140.738	28.519
IRPJ e CSLL diferidos	18	-	-	1.970	2.329
Contas a pagar aquisição de empresas	16	-	51.250	98.643	128.372
Outras obrigações	17	252.891	216.478	312.854	256.339
		252.891	917.115	4.814.157	2.401.965
Total do passivo		1.360.974	1.262.674	6.717.692	5.529.054
Patrimônio líquido					
Capital social	21	942.613	942.613	942.613	942.613
Reservas de capital		(2.621)	(2.555)	(2.621)	(2.555)
Prejuízo acumulado		(528.817)	(162.954)	(528.817)	(162.954)
Ajuste de avaliação patrimonial		121.128	(7.770)	121.128	(7.770)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		532.303	769.334	532.303	769.334
Participação dos não controladores		-	-	65.185	34.957
Total do patrimônio líquido		532.303	769.334	597.488	804.291
Total do passivo e patrimônio líquido		1.893.277	2.032.008	7.315.180	6.333.345

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de resultados 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita	22	-	139.688	766.304	392.851
Custos da operação e compra de energia	23	-	(48.860)	(589.249)	(192.932)
Lucro bruto		-	90.828	177.055	199.919
Receitas (despesas) operacionais, líquidas					
Gerais e administrativas	23	4.461	(6.255)	(34.104)	(24.502)
Outras receitas (despesas) operacionais	23	(586)	(446)	455	28.754
Resultado de equivalência patrimonial	10	(218.916)	(88.151)	260	-
		(215.041)	(94.852)	(33.389)	4.252
Resultado operacional		(215.041)	(4.024)	143.666	204.171
Receitas financeiras					
Receitas financeiras	24	1.353	2.213	28.213	60
Despesas financeiras	24	(152.175)	(119.885)	(512.929)	(308.454)
		(150.822)	(117.672)	(484.716)	(308.394)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(365.863)	(121.696)	(341.050)	(104.223)
Corrente					
Corrente		-	-	(25.185)	(15.809)
Diferido					
Diferido		-	-	359	(2.329)
Imposto de renda e contribuição social	18	-	-	(24.826)	(18.138)
Prejuízo do exercício		(365.863)	(121.696)	(365.876)	(122.361)
Atribuível aos					
Acionistas da controladora		(365.863)	(121.696)	(365.863)	(121.696)
Acionistas não controladores		-	-	(13)	(665)
Prejuízo do exercício		(365.863)	(121.696)	(365.876)	(122.361)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo do exercício	(365.863)	(121.696)	(365.876)	(122.361)
Efeito de conversão de moeda estrangeira - subsidiárias no exterior	128.898	(33.088)	128.898	(33.088)
Resultado abrangente total	(236.965)	(154.784)	(236.978)	(155.449)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

	Atribuível aos acionistas Controladores								
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do PL consolidado
Em 1º de janeiro de 2023	120.163	505.000	-	-	25.318	(41.258)	609.223	-	609.223
Transações com acionistas									
Diluição de participação e integralização de capital na Arco	-	-	(2.555)	-	-	-	(2.555)	19.012	16.457
Integralização de AFAC	505.000	(505.000)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	317.450	-	-	-	-	-	317.450	-	317.450
Integralização de capital de acionista minoritário	-	-	-	-	-	-	-	16.610	16.610
Efeito de conversão de moeda estrangeira	-	-	-	-	(33.088)	-	(33.088)	-	(33.088)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(121.696)	(121.696)	(665)	(122.361)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	942.613	-	(2.555)	-	(7.770)	(162.954)	769.334	34.957	804.291

	Atribuível aos acionistas Controladores								
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do PL consolidado
Em 1º de janeiro de 2024	942.613	-	(2.555)	-	(7.770)	(162.954)	769.334	34.957	804.291
Transações com acionistas									
Diluição de participação e integralização de capital na Arco	-	-	(66)	-	-	-	(66)	-	(66)
Integralização de capital de acionista minoritário	-	-	-	-	-	-	-	30.241	30.241
Efeito de conversão de moeda estrangeira	-	-	-	-	128.898	-	128.898	-	128.898
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(365.863)	(365.863)	(13)	(365.876)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	942.613	-	(2.621)	-	121.128	(528.817)	532.303	65.185	597.488

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração dos fluxos de caixa 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(365.863)	(121.696)	(341.050)	(104.223)
Ajustes:					
Depreciação e amortização	11 e 12	32	-	244.716	57.286
Resultado de equivalência patrimonial	10	218.916	88.151	(260)	-
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	90.149	100.257	423.197	347.736
Encargos financeiros sobre arrendamento	19	2	-	9.587	810
Receita financeira de aplicações financeiras	24	(567)	(4.461)	(29.838)	(12.144)
Instrumentos financeiros	22	-	-	33.470	-
Baixa de imobilizado	-	49.473	-	-	-
Crédito de PTC atribuídos ao <i>Tax Equity</i>	13.2	-	-	(51.005)	-
Baixa de ativo de investimento	-	-	(41)	-	5.631
Outros	-	12.390	14.629	12.189	14.816
		4.532	76.839	301.006	309.912
(Aumento) redução nos ativos					
Clientes		22.301	(22.300)	(13.235)	(73.418)
Partes relacionadas		(10.370)	3.133	(4.088)	1.386
Tributos a recuperar		(617)	2.051	(91.730)	(2.212)
Outros créditos		(2.871)	124.698	(1.758)	(97.200)
Aumento (redução) nos passivos					
Fornecedores		(8.479)	4.903	(219.409)	172.064
Partes relacionadas		290.832	9.890	377.688	5.431
Obrigações trabalhistas e tributárias		(18)	1.157	(2.369)	5.520
Contas a pagar aquisição de empresas		(64.165)	(57.936)	(64.165)	(57.936)
Outras contas a pagar		27.929	224.359	56.861	254.455
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		259.074	366.794	338.801	518.002
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	13	-	(55.847)	(441.253)	(225.113)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(91.790)	-	(17.956)	(6.345)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		167.284	310.947	(120.408)	286.544
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Redução de capital em controladas	10	286.108	-	-	-
Aquisição de empresas	10	-	-	(4.435)	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangíveis	11 e 12	(57.563)	(73.755)	(297.634)	(2.477.733)
Integralização de capital em controladas	10	(235.207)	(459.027)	-	-
Resgate de aplicações financeiras, líquido - caixa restrito		5.577	21.547	196.646	30.054
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		(1.085)	(511.235)	(105.423)	(2.447.679)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Captação de empréstimos e financiamentos	13	-	86.070	2.135.556	2.197.629
Pagamento de principal - empréstimos e financiamentos	13	(159.853)	(203.447)	(1.755.750)	(408.848)
Aumento de capital		-	317.451	-	317.451
Integralização de capital por acionistas não controladores	21.1	-	-	30.241	33.067
Arrendamentos pagos	19	(31)	-	(8.812)	(597)
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos		(159.884)	200.074	401.235	2.138.702
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		6.315	(214)	175.404	(22.433)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		178	392	7.356	29.789
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		-	-	8.470	-
Não Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		6.493	178	191.230	7.356

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras de individuais e consolidadas.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Serena Desenvolvimento S.A. (“Controladora”, “Companhia” ou “Serena Desenvolvimento”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo (São Paulo), na Rua Elvira Ferraz, nº 68, 12º andar, conjunto 123 e 124, Bairro Vila Olímpia. A Companhia tem por objeto social a participação em outras Sociedades, como sócia ou acionista, no país e no exterior.

A Serena Desenvolvimento e suas controladas diretas e indiretas, além de gerir um portfólio de desenvolvimento de alto potencial de fontes solar e eólicas, especialmente em regiões do Nordeste brasileiro e no estado do Texas, EUA e implantar projetos, operam empreendimentos, com capacidade total instalada para geração de 819,5 MW de energia renovável, localizados no estado da Bahia no Brasil (Assuruá 4 e Assuruá 5 - 455,1 MW) e no estado do Texas nos Estados Unidos (Goodnight 1 - 265,5 MW) e em alguns estados do Brasil nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste (ativos de geração distribuída - 98,9 MW).

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica “ANEEL” para os ativos no Brasil e *Electric Reliability Council of Texas* “ERCOT” para o ativo no estado do Texas - USA. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Serena Energia. As informações por segmento e detalhes operacionais dos ativos estão apresentadas na Nota 5.

Atualmente, a Companhia detém um portfólio de projetos de alta qualidade de fontes solar e eólica, especialmente em regiões do Nordeste brasileiro e no estado do Texas, nos Estados Unidos.

A energia produzida é vendida majoritariamente por meio de contratos de longo prazo, com preços fixos indexados à inflação, seja no ambiente de contratação regulado, através dos leilões promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), seja no ambiente de contratação livre, em negociação direta com os compradores. Parte da energia produzida é comercializada em contratos de prazo mais curto, através de contratos de preço fixo.

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras consolidadas de forma abreviada:

- ACL – Ambiente de Comercialização Livre;
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- ERCOT - *Electric Reliability Council of Texas* - organização americana que opera a rede elétrica do Texas;
- MCP – Mercado de Curto Prazo;
- MRE – Mecanismo de Realocação de Energia;
- MTM – *Mark to Market*
- PCH – Pequena Central Hidrelétrica;

- PTC – *Production Tax Credit*
- SIN – Sistema Interligado Nacional;
- *Tax Equity* – Modalidade de investimento amortizado principalmente por meio da alocação de créditos fiscais vinculados à geração de energia elétrica por fonte renovável;
- UGC – Unidade Geradora de Caixa.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, prevista na Lei nº 6.404/76, conforme alterada; as normas e regulamentações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM, e que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e evidenciam todas as informações relevantes, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

2.2 Base de apresentação, declaração de relevância e continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado; e (ii) valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Serena Energia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.7.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas subsidiárias em continuar operando normalmente e está convencida de que as empresas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios nos próximos doze meses a contar da data das demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas

significativas sobre a capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Companhia avaliou o Capital Circulante Líquido (“CCL”) Consolidado negativo no montante de R\$ 1.438.246 (em 2023 CCL negativo de R\$ 2.483.443), em linha com o plano de negócios do Grupo, que contempla ainda em 2025 (i) o refinanciamento da dívida da Serena Desenvolvimento, que vence em junho de 2025 e (ii) a substituição do empréstimo-ponte de Arco Energia S.A., com vencimento em dezembro de 2025, para uma linha de longo prazo. Em relação ao vencimento das debêntures da Serena Desenvolvimento de R\$ 653.655 previsto para junho de 2025, a Companhia antecipou a amortização destes títulos em março de 2025 e os substituiu por debêntures de longo prazo em outro veículo do Grupo (Nota 26.1). Adicionalmente, em relação ao projeto Arco, planeja-se emitir até o final de 2025 financiamento de longo prazo, em condições usuais de mercado de prazo e taxa de juros, que farão frente aos recursos necessários para a amortização do vencimento dos financiamentos vencidos da Arco Energia de R\$ 11.828 e Arco 2 Energia de R\$ 395.442. A Companhia, em adição ao caixa gerado pela atividade operacional dos seus ativos existentes, possui linhas de crédito disponíveis, bem como alternativas para venda de participação societária em subsidiárias existentes, e não antevê qualquer dificuldade para o financiamento e a continuidade das suas atividades.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2025. Os eventos subsequentes foram avaliados até 31 de março de 2025, data em que as divulgações das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Administração, conforme Nota 26.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera (“moeda funcional”), que no caso da Serena é o real (“BRL” ou “R\$”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma. Para os investimentos em subsidiária no exterior, a moeda funcional é o dólar, cujos efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão das demonstrações financeiras, são registradas no Patrimônio Líquido na rubrica, “Efeito de conversão de moeda estrangeira – subsidiárias no exterior”.

2.4 Consolidação e investimentos

As demonstrações financeiras consolidadas refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e de suas controladas diretas e indiretas (“controladas”).

As controladas, diretas e indiretas, bem como as participações em *joint ventures*, coligadas e respectivas atividades agrupadas por segmento são as seguintes:

Empresas no Brasil	Localização das operações	Classificação	Consolidação	% Participação total	
				2024	2023
Comercialização					
Serena Desenvolvimento Comercializadora de Energia Ltda - Antiga Omega Desenvolvimento Comercializadora Energia Ltda. ("OMDC")	São Paulo	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Ativos operacionais					
Assuruá 5 Energia S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá 5 Holding Energia S.A. ("Assuruá 5")	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá 5 I Energia S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá 5 II Energia S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá 5 III Energia S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá 5 IV Energia S.A. ("Assuruá 5 IV")	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá 5 V Energia S.A. ("Assuruá 5 V")	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá 5 VI Energia S.A. ("Assuruá 5 VI")	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá 4 Subholding I Energia S.A. ("Assuruá 4 Subholding I") - Antiga Centrais Eólicas Assuruá IV S.A. ("CEA IV")	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá 4 VI Energia S.A. ("Assuruá 4 VI") - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 2 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá 4 V Energia S.A. ("Assuruá 4 V") - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 3 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá 4 Holding Energia S.A. ("Assuruá 4 Holding I") - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 4 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá 4 I Energia S.A. ("Assuruá 4 I") - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 5 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá 4 IV Energia S.A. ("Assuruá 4 IV") - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 6 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá 4 III Energia S.A. ("Assuruá 4 III") - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 7 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá 4 II Energia S.A. ("Assuruá 4 II") - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 8 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá 4 VI Energia S.A. ("Assuruá 4 VI") - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 2 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Assuruá 4 Subholding II Energia S.A. ("Assuruá 4 Subholding II") - Antiga ("OD2I")	São Paulo	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Ativos em desenvolvimento					
Arco Energia S.A.	São Paulo	Controlada - Indireta	Integral	69,95%	69,95%
Arco Energia T1 S.A.	São Paulo	Controlada - Indireta	Integral	69,95%	69,95%
Arco Energia T2 S.A.	São Paulo	Controlada - Indireta	Integral	69,95%	69,95%
Arco Energia 3 S.A.	São Paulo	Controlada - Indireta	Integral	69,95%	69,95%
Arco Energia 4 S.A.	São Paulo	Controlada - Indireta	Integral	69,95%	69,95%
Arco Energia 5 S.A.	São Paulo	Controlada - Indireta	Integral	69,95%	69,95%
Arco Energia 6 S.A.	São Paulo	Controlada - Indireta	Integral	69,95%	69,95%
Assuruá 6 Energia S.A. - Antiga Centrais Eólicas Assuruá VI S.A. ("CEA VI")	São Paulo	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta MA I Energia S.A. - Antiga Delta Energia S.A.	Maranhão	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta MA II Energia S.A. - Antiga Delta MA Energia S.A.	Maranhão	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta MA III Energia S.A. - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 9 S.A.	Maranhão	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta MA IV Energia S.A. - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 10 S.A.	Maranhão	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta MA V Energia S.A. - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 11 S.A.	Maranhão	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Delta MA VI Energia S.A. - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 12 S.A.	Maranhão	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Sol 345 Energia S.A. - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 13 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Serena Desenvolvimento de Energia 14 S.A. - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 14 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Serena Desenvolvimento de Energia 16 S.A. - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 16 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Serena Desenvolvimento de Energia 17 S.A. - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 17 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Serena Desenvolvimento de Energia 19 S.A. - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 19 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%

Serena Desenvolvimento de Energia 22 S.A. - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 22 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Emana Investimento de Energia S.A. - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 23 S.A. (i)	Bahia	Coligada	MEP	50%	100%
Serena Desenvolvimento de Energia 27 S.A. - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 27 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Serena Desenvolvimento de Energia 28 S.A. - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 28 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Sol 5 Energia S.A. - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 29 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	-
Omega Desenvolvimento de Energia 30 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	-
Sol 1 Energia S.A. - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 31 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	-
Sol 2 Energia S.A. - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia 32 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	-
Serena Desenvolvimento de Energia 34 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	-
Serena Desenvolvimento de Energia 35 S.A.	Bahia	Controlada - Indireta	Integral	100%	-
Delta Maranhão Holding Energia S.A. - Antiga Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	Maranhão	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%

Empresas no exterior	Localização das operações	Classificação	Consolidação	% Participação total	
				2024	2023
Comercialização					
Omega US Holding II LLC	Texas (USA)	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Ativos operacionais					
Serena Power LLC - Antiga Omega Digital Renewable Energy LLC	Texas (USA)	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Omega US Holding I LLC	Texas (USA)	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Goodnight I Class B Holdco LLC	Texas (USA)	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Goodnight I Class B Member LLC	Texas (USA)	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Goodnight I TE Partners LLC	Texas (USA)	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
FGE Goodnight I LLC	Texas (USA)	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Desenvolvimento					
FGE Goodnight II LLC	Texas (USA)	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
FGE Goodnight LLC	Texas (USA)	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
FGE Goodnight Wind Project	Texas (USA)	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Omega Green Deer LLC	Texas (USA)	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Serenity Wind LLC	Texas (USA)	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%
Sunrise Renewables LLC	Texas (USA)	Controlada - Indireta	Integral	100%	100%

- (i) Emana investimento é uma empresa coligada não controlada pela Serena Energia, conforme Nota 10.1.

2.5 Principais políticas contábeis

A Companhia não adotou antecipadamente quaisquer normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não estejam em vigor. As políticas contábeis das controladas e coligadas são ajustadas, quando aplicável, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia.

2.6 Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante

quando: (i) espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) é caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis). Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.7 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas e as respectivas premissas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
11	Provisão descomissionamento
12	Intangível
18	IR/CS diferidos ativos
25	Contratos futuros de energia

2.8 Novas normas e interpretações contábeis

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de

Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados e/ou emitidos estão demonstrados a seguir:

Alteração ao IAS 1/CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – apresentação de demonstrações financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (pfs)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. O grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e respectivas notas explicativas.

IFRS 19: subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – demonstrações consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais do grupo são negociados publicamente, ele não é elegível para a aplicação do IFRS 19.

Alterações ao CPC 18 (R3) – investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e a ICPC 09 – demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial

Em setembro de 2024, o comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) emitiu alterações ao pronunciamento técnico CPC 18 (R3) e à interpretação técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do pronunciamento técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações contábeis separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do grupo.

Alterações ao CPC 02 (R2) – efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) – adoção inicial das normas internacionais de contabilidade

Em setembro de 2024, o comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), emitiu a revisão de pronunciamentos técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *lack of exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no pronunciamento técnico CPC 02 (R2) – efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e no CPC 37 (R1) – adoção inicial das normas internacionais de contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do grupo.

OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Em dezembro de 2024, o comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), emitiu o OCPC 10, que trata dos critérios e requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO₂e)¹, Permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Este OCPC não tem como objetivo tratar de questões de natureza tributária e jurídica associadas aos créditos de carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO). Buscando a primazia da essência econômica sobre a forma jurídica para atingir a representação fidedigna do evento econômico que se propõe representar nas demonstrações contábeis das entidades que reportam. A orientação desse OCPC entra em vigor para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do grupo.

As alterações que entraram em vigor em 1 de janeiro de 2025 acima descritas não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras consolidadas. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Serena Energia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços – IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao

PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

2.9 Reapresentação

Durante o primeiro trimestre de 2024, a Companhia identificou a necessidade de reclassificar o saldo comparativo de 31 de dezembro de 2023 referente a “Debêntures a receber”, da rubrica Outros créditos, no ativo (circulante/não circulante) para a rubrica de Empréstimos e financiamentos e debêntures no passivo (circulante/não circulante), no montante de R\$ 131.961. Não sendo relevante no contexto das demonstrações financeiras de 2024 e 2023, pois essa reclassificação somente gerou uma redução no ativo e uma redução no passivo de mesmo valor, sem impacto no resultado, no patrimônio líquido ou qualquer outro índice relevante no contexto das demonstrações financeiras como um todo.

3. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia realiza a gestão de riscos com o objetivo de suportar o atingimento de suas metas e para garantir a solidez e a flexibilidade financeira da Companhia e a continuidade de seus negócios. Dentro da estrutura de governança, o Conselho de Administração conta com um Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, que é responsável dentre outras atribuições, por apoiar o Conselho de Administração nas decisões relativas à gestão dos riscos por meio de recomendações e monitoramento. A companhia também conta com um processo de auditoria interna.

A estratégia de gestão de riscos da Companhia objetiva proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais a Companhia está exposta, por meio de uma matriz de riscos e impactos, revisada e atualizada periodicamente, que contempla diversas áreas da Companhia, tais como: operacional, financeiro, tecnologia, jurídica, regulatória, gestão de pessoas entre outras.

São mapeados diversos riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes listados a seguir:

- Riscos operacionais: relacionados aos sistemas de geração de energia;

- Riscos de desenvolvimento e implantação de novos projetos: relacionados às fases de pesquisa e desenvolvimento, além de obras civis e de engenharia para construção de ativos de energia renovável;
- Riscos climáticos: relacionados ao mecanismo de realocação de energia – MRE e estimativas de afluências, incidência solar e ventos nas sub-regiões climáticas onde estão localizados os ativos;
- Riscos de mercado: relacionados a preços, inflação, câmbio e taxas de juros;
- Risco de crédito: relacionado aos créditos com clientes e investimentos financeiros;
- Risco de liquidez: relacionado ao não cumprimento de obrigações financeiras.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto		Gestão
Riscos operacionais	Operação dos ativos de geração de energia Disponibilidade dos sistemas de geração de energia	Previsão e acompanhamento de disponibilidade de geração de energia	Previsão de fluxos de caixa	Sistema ERP Seguros de eficiência operacional
Riscos de desenvolvimento e implantação de novos projetos	Caixa e equivalentes de caixa	Acompanhamento de contratos		Contratos de desenvolvimento de ativos
Mudanças climáticas – Riscos climático	Lucro bruto Operações comerciais futuras	Mecanismo de realocação de energia MRE e estimativas de afluências, incidência solar e ventos nas sub-regiões climáticas expostas		Contratos de venda de energia no mercado regulado e livre
Risco de mercado – câmbio	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Previsão de fluxos de caixa Análise de sensibilidade		Contratos futuros a termo
Risco de mercado – taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade		Swaps de taxa de juros Diversificação das instituições financeiras
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, investimentos em instrumentos de dívida e ativos de contratos	Análise de vencimento Avaliação de crédito		Monitoramento dos limites de crédito/ ratings Orientações de investimento em instrumentos de dívida
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa		Linhas de crédito disponíveis

3.1 Riscos operacionais

Determinadas controladas da Serena Desenvolvimento contratam prestadores de serviços terceirizados para as atividades de operação e manutenção (“O&M”) de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente o próprio fornecedor dos equipamentos e, caso esses serviços não sejam adequadamente executados, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante. A gestão desse risco é feita no sentido de garantir a disponibilidade e a eficiência operacional das usinas, sendo executados planos de manutenção e monitoramento semanal, além de planos de manutenção preventiva e inspeção rotineira dos ativos semestralmente, bem como

o acompanhamento tempestivo da geração de energia nos parques, de forma a realizar intervenções necessárias, inclusive em relação aos prestadores de serviços, para corrigir desvios.

A Serena Desenvolvimento depende dos serviços de profissionais técnicos para acompanhamento e fiscalização da execução de atividades de terceiros e também de suas atividades, caso a Companhia venha a perder os principais integrantes desse quadro de pessoal, terá de atrair e treinar pessoal adicional para sua área técnica, o que pode gerar custos adicionais.

Adicionalmente, os processos e sistemas da Serena Desenvolvimento contam com um ERP que garante a integração das informações das áreas de negócios com os sistemas contábeis e gerenciais da Serena Desenvolvimento e são atualizados periodicamente para capturar alterações processuais relevantes e avanços no ambiente tecnológico. A Companhia possui diversas linhas de seguros contratadas, todas em acordo com as melhores práticas de mercado e com o objetivo de transferência e/ou mitigação dos riscos aos quais está exposta.

3.2 Riscos de desenvolvimento e implantação de projetos de energia renovável

Os riscos englobados pelo desenvolvimento e implantação de novos projetos de energia vão desde a necessidade de liquidez/capital para execução das fases de implantação do projeto até os riscos que envolvem a fase de desenvolvimento, tais como: risco fundiário, previsibilidade de recursos para produção, licenças e autorizações ambientais, riscos de acidentes envolvendo terceiros e funcionários da Companhia, entre outros diretamente ligados à atividade de desenvolvimento e implantação de novos projetos de energia renovável.

3.3 Mudanças climáticas

Nos ativos eólicos detidos pela Companhia, os contratos de venda de energia no mercado regulado têm estrutura que mitiga o impacto financeiro de intermitências do recurso eólico. Os contratos são realizados pela modalidade disponibilidade, com pagamentos mensais, sem obrigação mensal de entrega de energia.

3.4 Risco de mercado

3.4.1 Taxa de juros

O risco relacionado às taxas de juros provém da flutuação das taxas de mercado. A exposição da Companhia deriva, principalmente, de empréstimos, financiamentos e

aplicações financeiras com taxas de juros pré ou pós-fixadas, sujeitas ainda a TJLP, CDI, SOFR e a índices de inflação. A carteira composta por esses instrumentos financeiros é monitorada mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. A exposição ao SOFR está *hedged* por instrumento de swap de taxa de juros. Quanto ao risco de aceleração inflacionária, os contratos de venda de energia de longo prazo em vigor possuem cláusula de reajuste inflacionário anual, o que representa um hedge natural para as dívidas e obrigações indexadas aos índices de inflação. Uma análise de sensibilidade sobre os impactos decorrentes desse risco está apresentada na Nota 25.2.

A Companhia comercializa energia ACL. No ACL, a Companhia procura vender a energia disponível em contratos de curto, médio e longo prazo, objetivando a obtenção de preços atrativos e à redução do risco de exposição aos preços de curto prazo (spot ou PLD). Em geral, na parcela dos ativos vinculada ao ACL, a diferença entre a geração e a venda é liquidada no mercado de curto prazo pela CCEE. Fatores relacionados à liquidez do mercado de energia podem afetar os preços de mercado.

3.4.2 Câmbio

A Serena está exposta ao risco cambial decorrente da exposição internacional de sua controlada Serena Power (anteriormente denominada Omega Digital Renewable Energy) à moeda local de operação, dado que a companhia mantém seus projetos de desenvolvimento e operação nos Estados Unidos, cujo ativos líquidos estão expostos ao risco cambial do Dólar Americano. Essa exposição é protegida, principalmente, por meio de empréstimos da mesma moeda desses investimentos.

A Serena Power se expõe a empréstimos de financiamentos contratados em dólar, cujo juros remuneratórios, pagamentos e amortizações também ocorrem em dólar. A companhia contratou derivativos de proteção para parte das taxas remuneratórias dessas operações de empréstimos e financiamentos.

A Serena determina que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas do Grupo, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de *hedge*, efetuadas sob a orientação da Tesouraria do Grupo. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

3.5 Risco de crédito

Os riscos de crédito decorrem das operações comerciais da Companhia, incluindo os compromissos futuros de venda já contratados ou de investimentos financeiros.

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras no ACL, a Companhia, por meio de sua área de crédito, realiza uma análise e estabelece, de acordo com sua Política de Riscos, as garantias que deverão ser exigidas dessas contrapartes. Os créditos de todos os clientes e a sua exposição aos diversos setores da economia são avaliados periodicamente, de modo a manter a diversificação da carteira e a diminuir a exposição ao risco específico setorial.

Em relação aos investimentos financeiros, limites de crédito são avaliados e praticados para cada contraparte com a qual temos exposição de crédito. Além disso, a Companhia busca a diversificação da carteira e observa diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram avaliadas para negociação.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito na data base da demonstração financeira, sendo resumida no quadro a seguir:

	Nota	2024	Consolidado 2023
Caixa e equivalentes de caixa	6	191.230	7.356
Aplicações financeiras	6	-	332.749
Clientes	7	63.648	82.670
Caixa restrito	6	199.535	20.534
Total		454.413	443.309

Na avaliação da Companhia não há concentração de risco em clientes ou fornecedores uma vez que ela possui portfólio diversificado de contratos de compra e venda de energia envolvendo todas as regiões e exposição a grande parte dos setores industriais do Brasil.

3.6 Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados são os financiamentos com o BNB e debêntures emitidas.

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa individualmente por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. Eventualmente, podem ser utilizados instrumentos de adiantamento de capital ou as contas reservas vinculadas aos empreendimentos para coberturas pontuais de caixa.

Relativamente ao risco de aceleração de dívida, determinadas subsidiárias da Companhia têm contratos de financiamentos com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas têm sido atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, conforme divulgado na Nota 13.5. Para tanto, a companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo e limites de *covenants* para assegurar caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais e contratuais. Essas previsões consideram os planos de financiamento da dívida da Serena, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

Para o excesso de caixa mantido nas entidades operacionais, a companhia aplica em títulos de curto prazo de alta liquidez, sujeito a insignificante risco de mudança de valor, com intuito de fornecer margem para a companhia atender as previsões de liquidez acima mencionado. Na data do balanço, a Serena mantinha fundos de curto prazo de R\$ 191.230 (2023 R\$ 340.105) e outros ativos líquidos de R\$ 63.648 (2023 R\$ 82.670) que se espera em conjunto a estratégia de refinanciamento das dívidas com vencimento próximo ou venda de participação societária em subsidiárias dentre outras opções, gerem entradas de caixa para administrar o risco de liquidez conforme já informado na Nota 2.2. E determinadas aplicações são realizadas em longo prazo, caixa restrito, para atender determinadas garantias vinculadas aos financiamentos obtidos junto ao BNB e Debêntures dos projetos, descritos na Nota 13.

3.7 Riscos de Tecnologia e Informação

O risco está associado a falhas, indisponibilidade ou obsolescência de equipamentos e sistemas informatizados de controle, comunicação, logística e gerenciamento operacional localizados nas dependências dos parques e escritórios da Companhia e de seus principais fornecedores de turbinas, que acabem por prejudicar ou impossibilitar a continuidade das atividades regulares da organização, incluindo a geração de energia das fontes eólica, solar e hídrica, ou ainda, ao longo de toda sua cadeia de valor (clientes, fornecedores, parceiros e unidades regionais). Pode estar também associado a erros ou fraudes, internas ou externas, nos sistemas informatizados ao capturar, registrar, monitorar e reportar corretamente transações ou posições. Além disso, engloba também as tentativas de comprometer a disponibilidade de nossos ativos, confidencialidade, integridade, disponibilidade de dados ou de sistemas computacionais através de ataques cibernéticos. Centro de Operações de Segurança (SOC) 24x7 é o núcleo do programa de segurança cibernética da organização. É responsável por identificar e responder a incidentes de segurança cibernética. A inteligência de ameaças (*Threat Intelligence*) é o conjunto de informações coletadas em fontes sobre ataques atuais ou potenciais contra a

organização. As informações são analisadas, refinadas e organizadas para minimizar e mitigar os riscos de segurança cibernética

3.8 Seguros

A Companhia mantém seguro de responsabilidade civil e patrimonial que cobre, entre outros riscos, fogo ou danos às propriedades da Companhia e de suas subsidiárias, como por exemplo danos elétricos/materiais, quebra de máquinas, roubos/furtos de bens, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de raios, explosão, implosão e queda de aeronaves, além de danos causados a terceiros. A Companhia possui, também, cobertura de lucros cessantes que indeniza a perda de lucro líquido e despesas fixas em decorrência de danos materiais que incorram em interrupção dos seus negócios pelo período de até 12 meses. Além disso, a Companhia possui seguros de engenharia para riscos de construção em todos os ativos em fase de implementação. A Companhia acredita que há baixo risco de impacto financeiro decorrente de eventual interrupção em um dos seus negócios dada a diversificação de seu portfólio. A Companhia acredita que mantém seguros compatíveis com seu porte e adequados ao seu mercado de atuação.

4. EVENTOS ESPECIAIS OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO

Os eventos relevantes ocorridos durante o exercício são aqueles que, no julgamento da Companhia, impactaram significativamente a posição financeira e patrimonial, seja pela sua natureza ou pelo seu valor significativo. Os eventos relevantes são descritos a seguir.

4.1 Pagamento antecipado das debêntures

Em janeiro de 2024, em decorrência da negociação realizada junto aos credores para postergação do vencimento das debêntures da Assuruá 4 Holding (anteriormente Omega Desenvolvimento 4), foi realizada amortização extraordinária correspondente ao saldo dos juros incorridos desde a assunção das debêntures pela empresa no valor de R\$ 151.597. Após essa amortização, o saldo devedor das debêntures da Assuruá 4 Holding (anteriormente Omega Desenvolvimento 4) passou a ser R\$ 635.000 sendo integralmente liquidado em abril de 2024.

4.2 Recebimento *Tax Equity*, Liquidação Empréstimo-Ponte Goodnight 1, Conversão *Term Loan*

Em fevereiro de 2024 a subsidiária da Companhia, Goodnight I TE Partners, LLC, sociedade de propósito específico detentora indireta do projeto Goodnight Wind I, recebeu os recursos atrelados ao investimento lastreado em créditos fiscais (*Tax Equity*) pela AEG Goodnight Wind 1 LLC (Entidade Goldman), na qualidade de

sucessora das obrigações do Goldman Sachs Lending Partners LLC no âmbito da conclusão da construção do projeto.

O valor total recebido na modalidade *Tax Equity* foi de US\$ 184.725 (R\$ 913.724) e os recursos foram usados para o pagamento de custos do projeto, incluindo o empréstimo ponte que o sindicato de bancos composto por MUFG Bank, Ltd., Sumitomo Mitsui Banking Corporation e Coöperative Rabobank U.A., New York Branch, concedeu ao longo do ano de 2023 para suportar a construção do projeto (*Bridge Loan*).

Concomitantemente, o sindicato de bancos realizou a conversão do financiamento de US\$ 37.806 (R\$ 187.030), que passou a ter prazo de 5 anos (*Term Loan*), contribuindo também para a quitação do *Bridge Loan*.

O valor recebido a título de *Tax Equity* foi contabilizado como um passivo financeiro por atender à definição contida no CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9 – Financial Instruments), no grupo de Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 13.2.1).

4.3 Captação de dívida complementar – Assuruá 5

Em março de 2024, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a outorga de garantia fidejussória, e emissão da 1ª série de debêntures simples pela Assuruá 5 Energia S.A., não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, no valor total de R\$ 825.000, detalhado na Nota 13.2.1.

4.4 Postergação de instrumentos de *offshore loan*

Em agosto de 2024, foi assinado o aditivo contratual alterando os vencimentos dos instrumentos de *offshore loan* (US\$ 50.898 e US\$ 100.000), contratados pela Serena Power, de agosto de 2024 para agosto de 2026, com alteração das taxas de juros de USD + 5,65% e USD 7,50%, respectivamente para SOFR + 2,60% a.a. sobre o montante total. O principal será amortizado em dólar, em parcela única no novo vencimento, e os juros serão pagos semestralmente a partir de fevereiro de 2025. Conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 09 – *Financial Instruments*) a transação foi reconhecida como modificação de contrato de dívida com efeito negativo no resultado no montante de USD 1.555 (R\$9.626).

5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Companhia possui dois segmentos reportáveis: i) operações provenientes de geração de energia, sendo fontes eólicas (“EOL”) e iii) desenvolvimento de projeto. Os segmentos estão alinhados com a estrutura utilizada pela Administração para avaliar o desempenho do grupo e estão refletidos em seus relatórios gerenciais

utilizados para o acompanhamento e tomada de decisões. Os órgãos responsáveis por tomar essas decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho incluem as Diretorias Executivas e o Conselho de Administração, avaliam o desempenho de seus segmentos de negócio através do EBITDA, como informação principal para tomada de decisão. Na atividade de desenvolvimento de projetos, há destaque para a gestão e acompanhamento do cronograma físico-financeiro além de taxa interna de retorno.

As informações apresentadas à Administração com o respectivo desempenho de cada segmento são derivadas dos registros mantidos de acordo com as práticas contábeis, com algumas realocações entre os segmentos.

No quadro a seguir apresentamos as informações operacionais sobre os ativos de cada segmento:

UGCs	Segmento	Número de parques em operação	Estado	Início de autorização	Término da autorização	Capacidade instalada (MW)	Principal ambiente de contratação
Goodnight I	Geração	1	Texas (USA)	jan-24	-	265,5	Merchant
Assuruá 5	Geração	6	BA	jan-22	jan-57	243,6	ACL
Assuruá 4	Geração	6	BA	ago-21	ago-56	211,5	ACL
Arco Energia S.A. (i)	Desenvolvimento	N.A.	SP	N.A.	N.A.	108,5	N.A.
Omega US Holding II	Comercialização	N.A.	Texas (USA)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Goodnight II	Desenvolvimento	N.A.	Texas (USA)	N.A.	N.A.	265,5	N.A.

(i) Capacidade estimada nos projetos.

5.1 Demonstração dos resultados

Os quadros abaixo apresentam o resultado consolidado da Companhia distribuído entre os três segmentos reportáveis conforme a seguir:

	2024		
	Geração	Desenvolvimento de projeto	Consolidado
Receita operacional líquida	752.936	13.368	766.304
Custos da operação e compra de energia	(588.748)	(501)	(589.249)
Lucro bruto	164.188	12.867	177.055
Brasil	717.803	-	717.803
Estados Unidos	35.133	13.368	48.501
Gerais e administrativas	(24.278)	(9.826)	(34.104)
Outras receitas (despesas) operacionais (i)	(862)	1.317	455
Resultado de equivalência patrimonial	85.348	(85.088)	260
Resultado operacional	224.396	(80.730)	143.666
Receitas financeiras	19.798	8.415	28.213
Despesas financeiras	(266.292)	(246.637)	(512.929)
Resultado antes do IRPJ/CSLL	(22.098)	(318.952)	(341.050)
Despesas com IRPJ e CSLL	(23.820)	(1.006)	(24.826)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(45.918)	(319.958)	(365.876)
(+) Resultado financeiro	246.494	238.222	484.716

(+) IRPJ e CSLL	23.820	1.006	24.826
EBIT	224.396	(80.730)	143.666
(+) Depreciação e amortização	245.953	(1.237)	244.716
EBITDA	470.349	(81.967)	388.382

	2023		
	Geração	Desenvolvimento de projeto	Consolidado
Receita operacional líquida	387.430	5.421	392.851
Custos da operação e compra de energia	(192.603)	(329)	(192.932)
Lucro bruto	194.827	5.092	199.919
Brasil	-	3.749	3.749
Estados Unidos	387.430	1.672	389.102
Gerais e administrativas	(14.396)	(10.106)	(24.502)
Outras receitas (despesas) operacionais (i)	28.965	(211)	28.754
Resultado de equivalência patrimonial	(88.150)	88.150	-
Resultado operacional	121.246	82.925	204.171
Receitas financeiras	8.202	(8.142)	60
Despesas financeiras	(255.164)	(53.290)	(308.454)
Resultado antes do IRPJ/CSLL	(125.716)	21.493	(104.223)
Despesas com IRPJ e CSLL	(18.023)	(115)	(18.138)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(143.739)	21.378	(122.361)
(+) Resultado financeiro	246.962	61.432	308.394
(+) IRPJ e CSLL	18.023	115	18.138
EBIT	121.246	82.925	204.171
(+) Depreciação e amortização	57.286	-	57.286
EBITDA	178.532	83.925	261.457

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA RESTRITO

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com resgate, junto ao próprio emissor, em até 90 dias da data da aplicação considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização.

Quando a aplicação apresenta algum tipo de restrição ao resgate, por estarem vinculadas a operações de créditos ou foram cedidas como garantias em operações comerciais, são registradas como aplicações financeiras mantidas até o vencimento, registradas ao custo amortizado e classificadas no ativo não circulante quando o vencimento for superior a 12 meses.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Banco	168	178	43.851	7.356
Aplicações financeiras de liquidez imediata	6.325	-	147.379	-
Caixa e equivalentes de caixa	6.493	178	191.230	7.356
Aplicações financeiras	-	6.012	-	332.749
Aplicações financeiras - Caixa restrito	-	-	199.535	20.534
Total	6.493	6.190	390.765	360.639

Em 31 de dezembro de 2024, o caixa e equivalentes de caixa incluem, saldos em contas bancárias e aplicações financeiras classificadas no ativo circulante compostas por Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas. As aplicações financeiras classificadas como caixa restrito e mantidas no ativo não circulante incluem instrumentos de renda fixa, contratadas em condições e taxas normais de mercado, como forma de garantia e vinculadas aos financiamentos obtidos junto ao BNDES, BNB e Debêntures dos projetos, descritos na Nota 13.

7. CLIENTES

Política contábil

São instrumentos financeiros classificados na categoria Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e representam os valores a receber pela venda de energia efetuadas pela Companhia. Os valores a receber são registrados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de eventuais estimativas de perdas para cobrir eventuais prejuízos na sua realização, quando aplicável.

A Companhia utiliza uma matriz de perdas estimadas para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de perdas estimadas aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários clientes que apresentam padrões de perda semelhantes. A matriz de perdas estimadas baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia, sendo revisada de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
MCP - CCEE	-	-	177	1.263
Consumidores livres e distribuidoras	-	22.300	46.565	81.407
Outras contas a receber	-	-	16.906	-
Total	-	22.300	63.648	82.670
Apresentados no ativo:				

Circulante	-	22.300	63.648	82.670
------------	---	--------	--------	--------

Consumidores livres e distribuidoras: representados por contas a receber de comercializadoras relativas à energia gerada pelos ativos eólicos e liquidadas no curto prazo, ao preço de mercado, negociados pelas subsidiárias da Serena Energia e seus clientes livremente. Normalmente possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

MCP - CCEE: o saldo a receber decorre do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física registrada pela Serena Energia na CCEE à quantidade física efetivamente gerada, podendo representar um valor a receber ou a pagar. De acordo com as regras da CCEE, esses valores geralmente são liquidados dentro do prazo de 45 dias. O risco de crédito desse ativo decorre da própria CCEE.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Consolidado	
	2024	2023
IRRF/CSLL	17.207	6.922
PIS/COFINS	3.346	500
ICMS	1.054	984
Tributos diferidos	5.563	837
<i>Production tax credit - PTC</i>	81.224	3.933
	108.394	13.176
Apresentados no ativo:		
Circulante	101.782	11.359
Não circulante	6.612	1.817

Tributos a recuperar: contemplam créditos tributários apurados na esfera federal (PIS, COFINS, IR e CSLL) e estadual (ICMS) decorrentes das operações comerciais, de investimentos financeiros e da aquisição de equipamentos. Os saldos de IRPJ e CSLL incluem retenções referentes aos resgates das aplicações financeiras. As operações comerciais no âmbito do PROINFA também sofrem retenções na fonte dos impostos federais.

Production tax credit - PTC: refere-se à parcela alocada à Serena Power dos créditos fiscais de produção (*production tax credits*) (PTC) relacionados à energia elétrica gerada e vendida pelo projeto Goodnight I.

9. OUTROS CRÉDITOS

	Consolidado	
	2024	2023
Adiantamento a fornecedores	22	7.024
Despesas a apropriar	16.945	10.421
Depósitos judiciais	17.671	17.868
Instrumentos financeiros (Nota 25.1)	78.894	91.835
Outros	27.883	15.927
	141.415	143.075
Apresentados no ativo:		
Circulante	68.895	77.433
Não Circulante	72.520	65.642

A natureza das principais contas do grupo é descrita abaixo.

Adiantamento a fornecedores: referem-se substancialmente a prestadores de serviços terceirizados para atividades de operação e manutenção nos parques.

Despesas a apropriar: referem-se substancialmente a seguros pagos antecipadamente. O aumento apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é ocasionado devido a renovação de seguros operacionais da Companhia.

Ativos de indenização na aquisição de empresas: direitos de indenização oriundos da aquisição de Assuruá 1 e 2 relacionados a passivos fiscais contingentes.

Instrumentos financeiros: Refere-se à opção de venda de energia no mercado do Texas (ERCOT), conforme detalhado na Nota 25.1.

10. INVESTIMENTOS

Política contábil

A Companhia controla uma entidade quando conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, se expondo aos retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

Investimentos em coligadas decorrem de participações em empresas nas quais a companhia não possui controle para conduzir unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, mantendo apenas influência significativa na investida. Esses investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e

não são consolidados.

10.1 Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	31 de dezembro de 2023	Aumento e (Redução de capital)	Perda acionista minoritário	AFAC	Resultado Equivalência patrimonial	Dividendos	Reorganização societária	Variação cambial sobre investimento no exterior	Controladora 31 de dezembro de 2024
Serena US	419.160	100.557	-	-	(146.167)	-	-	124.797	498.347
SD Maranhão	(2.269)	-	-	-	(5)	-	-	-	(2.274)
SD Comercializadora	11	2.578	-	-	69	-	-	-	2.658
Assurua 5 Holding	1.266.789	(286.108)	-	-	(27.021)	-	(966.810)	-	(13.150)
Assurua 4 e 5 Holding	-	-	-	-	(46.047)	-	966.810	-	920.763
Sol 345	798	-	-	5.600	108	(26)	-	-	6.480
SD 14 a 35	251	-	-	50	(45)	-	-	-	256
Sol 1	-	-	-	110	(11)	-	-	-	99
Sol 2	-	-	-	110	(11)	-	-	-	99
Sol 5	-	-	-	110	(11)	-	-	-	99
OD 15	9	-	-	-	-	-	(9)	-	-
Emana Investimentos	-	4.392	-	-	256	-	-	-	4.648
Assurua 6	2.392	49.473	-	2.001	(1)	-	-	-	53.865
Arco Energia	81.607	70.226	(66)	-	(30)	-	-	-	151.737
TOTAL	1.768.748	(58.882)	(66)	7.981	(218.916)	(26)	(9)	124.797	1.623.627

10.2 Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

	31 de dezembro de 2022	Aumento de capital	AFAC	Resultado Equivalência patrimonial	Dividendos	Reorganização societária	Variação cambial sobre investimento no exterior	31 de dezembro de 2023
Serena US	356.351	138.266	17.962	(64.434)	-	-	(28.985)	419.160
SD Maranhão ¹	(2.057)	-	-	(212)	-	-	-	(2.269)
SD Comercializadora	3	-	10	(2)	-	-	-	11
Assurua 5 Holding ²	1.026.132	41.166	221.350	(22.043)	184	-	-	1.266.789
Sol 345	23	-	770	6	(1)	-	-	798
SD 14	19	-	-	(3)	-	-	-	16
SD 16	17	-	-	97	-	-	-	114
SD 19	21	-	-	73	-	-	-	94
SD 17	20	-	-	(3)	-	-	-	17
SD 22	-	-	10	-	-	-	-	10
Emana Investimentos	-	-	90	(122)	-	41	-	9
Assurua 6	2.445	-	-	(53)	-	-	-	2.392
Arco Energia	5.046	72.122	8.449	(1.455)	-	(2.555)	-	81.607
TOTAL	1.388.020	251.554	248.641	(88.151)	183	(2.514)	(28.985)	1.768.748

10.1 Investimento mantido no Consolidado – Coligada – Emaná Investimentos

A Serena detém 50% do capital social total na investida Emaná Investimentos de Energia S.A., representando 100% das ações preferenciais da investida. Possuindo influência significativa, mas não o controle, conforme os acordos contratuais.

O acordo conjunto do Grupo está estruturado na forma de sociedade anônima e, segundo os acordos contratuais, confere a Serena direito preferencialista na distribuição de dividendos e direitos aos ativos líquidos da sociedade anônima na proporção de seu investimento, além de preferência na totalidade de distribuições de dividendos da Emaná. Por essa razão, esse investimento é classificado como coligada.

11. IMOBILIZADO

Política contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício social, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

Projetos em andamento são classificados nas categorias adequadas do imobilizado em uso quando concluídos e prontos para o uso pretendido.

Os custos de descomissionamento dos parques são contabilizados no custo inicial do ativo imobilizado com base em projeções dos custos que se esperam incorrer para desmontar os parques eólicos e restaurar a localidade realizadas pela Companhia. Os valores são amortizados com base nos prazos de autorização dos parques e o passivo, registrado ao valor presente, é recomposto pela taxa de desconto estimada inicialmente, em contrapartida de uma despesa financeira.

A depreciação dos ativos em operação é calculada pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e a orientação do órgão regulador, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens, limitadas ao prazo da autorização de funcionamento das usinas.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas das vidas úteis dos ativos são periodicamente avaliadas e atualizadas. O cálculo das vidas úteis requer que a Companhia assuma premissas sobre condições futuras que são incertas. Alterações em algumas dessas premissas assumidas poderão ter impacto significativo nos ativos da Companhia.

Ao determinar o valor da provisão de descomissionamento, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para a remoção de todo parque eólico e a época esperada dos referidos custos.

11.1 Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

						Consolidado	
	Máquinas e equipamentos	Edificações	Ativo de direito de uso de arrendamento	Implantação de projetos (i)	Outros	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.546.236	363.298	27.061	2.320.611	1.730	5.258.936	
Adições e capitalizações	5.210	200	-	348.901	1.328	355.639	
Adição arrendamento (Nota 19)	-	-	112.226	-	-	112.226	
Transferências	1.373.971	342.076	(5.049)	(1.717.074)	(50)	(6.126)	
Depreciação	(182.988)	(34.808)	(14.827)	-	(330)	(232.953)	
Efeito de conversão de moeda estrangeira	687.104	196.342	5.907	(388.224)	106	501.235	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.429.533	867.108	125.318	564.214	2.784	5.988.957	
Custo histórico	4.663.297	907.993	140.404	564.214	3.256	6.279.164	
Depreciação acumulada	(233.764)	(40.885)	(15.086)	-	(472)	(290.207)	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.429.533	867.108	125.318	564.214	2.784	5.988.957	

11.2 Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

						Consolidado	
	Máquinas e equipamentos	Edificações	Ativo de direito de uso de arrendamento	Implantação de projetos (i)	Outros	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	2.884.604	-	2.884.604	
Adições e capitalizações	-	-	-	2.477.325	-	2.477.325	
Adição não caixa (ii)	-	-	27.320	-	-	27.320	
Remensuração descomissionamento	20.776	-	-	-	-	20.776	
Baixa	(4.645)	-	-	-	-	(4.645)	
Transferências	2.580.881	369.375	-	(2.952.133)	1.877	-	
Depreciação	(50.776)	(6.077)	(259)	-	(147)	(57.259)	
Efeito de conversão de moeda estrangeira	-	-	-	(89.185)	-	(89.185)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.546.236	363.298	27.061	2.320.611	1.730	5.258.936	
Custo histórico	2.597.012	369.375	27.320	2.320.611	1.877	5.316.195	
Depreciação acumulada	(50.776)	(6.077)	(259)	-	(147)	(57.259)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.546.236	363.298	27.061	2.320.611	1.730	5.258.936	

(i) Refere-se à implantação do projeto Goodnight I. As capitalizações referem-se aos gastos que estão diretamente vinculados à construção dos parques, tais como: despesa com pessoal, serviços, resultado financeiro, entre outros, quando da conclusão da construção dos parques, esses custos são alocados para o imobilizado em serviço.

(ii) No mês de julho e novembro de 2023, as subsidiárias da Arco Energia S.A. registraram o montante de R\$ 27.320 referentes a arrendamentos de terras.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia remensurou a provisão do ativo de descomissionamento no montante de R\$ 20.776. A Serena Desenvolvimento estima que os custos serão realizados dentro de aproximadamente 50 anos, no momento do vencimento da autorização, e calcula a provisão utilizando o método de fluxo de caixa descontado ao valor presente com base em estimativas internas de custos a incorrer.

As taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL, que correspondem à vida útil estimada dos bens, para os principais grupos de ativos que compõem os parques geradores da Companhia, são estas:

UGC	Taxas de depreciação		
	Máquinas e equipamentos	Edificações	Móveis e utensílios
UGC Assuruá 4	4,40%	3,50%	10,90%
UGC Assuruá 5	4,40%	3,50%	10,90%
UGC GNI	4,40%	5,00%	10,90%

12. INTANGÍVEL

Política contábil

Os intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio, reduzidos da amortização acumulada apurada pelo método linear. Estes intangíveis possuem vidas úteis definidas com base nos contratos comerciais ou autorizações governamentais.

Os intangíveis relacionados aos contratos de venda de energia elétrica adquiridos em combinação de negócio são amortizados pelo prazo médio de 34 anos. Os direitos de autorização são amortizados pelo prazo legal, pelo prazo médio de 30 anos, estendidos por mais 20 anos quando a Companhia possui o direito adquirido de renovar as autorizações.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Os ativos intangíveis decorrem substancialmente de contratos de venda de energia e autorizações governamentais, adquiridos em combinações de negócios e foram reconhecidos com base em seu valor justo. A mensuração do valor justo na ocasião da aquisição envolve alto grau de estimativa e julgamento da Administração na determinação das premissas utilizadas, tais como disponibilidade de recursos naturais, preços de mercado, vidas úteis e a taxa de desconto que podem alterar significativamente o valor justo do ativo em seu reconhecimento inicial.

12.1 Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Estudos e projetos			Direitos de autorização		Consolidado
	Software					Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	474.394	337	-	-	-	474.731
Amortização	-	(75)	(11.688)			(11.763)
Efeito de conversão de moeda	83.283	69	16.497			99.849
Transferências	(250.703)	243	256.586			6.126
Saldos em 31 de dezembro de 2024	306.974	574	261.395	261.395	261.395	568.943
Custo histórico	306.974	676	273.083			580.733
Amortização acumulada	-	(102)	(11.688)			(11.790)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	306.974	574	261.395	261.395	261.395	568.943

12.2 Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

	Estudos e projetos	Software	Consolidado Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	503.956	235	504.191
Adições	262	146	408
Amortização	-	(27)	(27)
Efeito de conversão de moeda	(29.824)	(17)	(29.841)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	474.394	337	474.731
Custo histórico	474.394	364	474.758
Amortização acumulada	-	(27)	(27)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	474.394	337	474.731

Estudos e projetos: refere-se à aquisição dos projetos Goodnight e Assuruá 6 composto por: dados de vento, *layout* dos aerogeradores e rede de transmissão, estudo técnico de fator de capacidade.

Software: composto por sistemas proprietários de comercialização de energia e aquisição de sistemas de gestão financeira e administrativa da Companhia.

A Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve indicativo de desvalorização que demandassem teste de recuperabilidade desses ativos.

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Política contábil

Referem-se a passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os juros são contabilizados no resultado como uma despesa financeira durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros de empréstimos e financiamento são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado em construção. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado no período que foram incorridos.

13.1 Composição do saldo

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Controladora	
	2024	2023	2024	2023	2024	Total 2023
Em moeda nacional						
Debêntures	653.655	60.518	-	650.000	653.655	710.518
	653.655	60.518	-	650.000	653.655	710.518
Em moeda estrangeira						
Resolução 4131	-	162.184	-	-	-	162.184
	-	162.184	-	-	-	162.184
Custo de transação	(698)	(1.621)	-	(613)	(698)	(2.234)
Total	652.957	221.081	-	649.387	652.957	870.468

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023	2024	Total 2023
Em moeda nacional						
BNB	33.924	28.686	528.274	562.538	562.198	591.224
Debêntures	1.100.864	838.134	707.825	868.299	1.808.689	1.706.433
FDNE	62.750	-	740.608	557.964	803.358	557.964
	1.197.538	866.820	1.976.707	1.988.801	3.174.245	2.855.621
Em moeda estrangeira						
Offshore Loan	36.934	746.796	934.405	-	971.339	746.796
Brigde Loan	18.995	943.992	203.678	-	222.673	943.992
Resolução 4131	11.828	162.184	-	-	11.828	162.184
Tax equity	-	-	1.169.342	-	1.169.342	-
	67.757	1.852.972	2.307.425	-	2.375.182	1.852.972
Custo de transação	(3.502)	(3.575)	(24.180)	(2.395)	(27.682)	(5.970)
Total	1.261.793	2.716.217	4.259.952	1.986.406	5.521.745	4.702.623

Um resumo dos contratos vigentes, prazos, modalidades, custos e garantias por UGCs da Companhia está apresentado a seguir:

Instrumento	Ticker	Vencimento final	Forma de pagamento juros/principal	Custo da dívida (a.a.)	Covenant financeiro (Vencimento antecipado)	Garantias	Consolidado	
							2024	2023
Moeda nacional							3.174.245	2.855.621
Assuruá 4 Holding (Bridge Loan Assuruá 4 & 5)	Debêntures CEIVII	Abr/2024	bullet/bullet (i)	CDI + 2,80%	-	Cessão de direitos, alienação do ativo e ações	-	777.616
Serena Desenvolvimento	Debêntures OGDSII (ix)	Jun/2025	semestral/bullet (i)	CDI + 2,70%	Dívida Líquida/EBITDA (SG) ≤ 4,5	Aval corporativo e alienação fiduciária de ações da Serena Geração	653.655	710.518
Arco 2	Debêntures	Dez/2025	bullet/bullet (i)	CDI + 2,60%	-	Alienação de ações e aval corporativo	395.442	218.299
Assuruá 5 (projeto AS4&5)	Debêntures ASSRII	Jun/2035	semestral/semestral customizada	IPCA + 6,50%	ICSD Controladora ≥ 1,0 ICSD Consolidado	Alienação de ações, aval corporativo e compartilhamento da	211.731	-

						≥ 1,1	cessão de direitos creditórios, alienação do ativo e ações do projeto Assuruá 4		
Assuruá 5 (projeto AS4&5)	Debêntures	ASSR21	Jun/2041	semestral/semestral customizada	IPCA + Controladora 7,11%	ICSD Consolidado ≥ 1,1	Alienação de ações, aval corporativo e compartilhamento da cessão de direitos creditórios, alienação do ativo e ações do projeto Assuruá 4	547.861	-
								1.808.689	1.706.433
Assuruá 4	FNE BNB	-	Jul/2043	mensal/mensal customizada	IPCA + 2,04% (ii)	-	Fiança bancária (ii), conta reserva	562.198	591.224
								562.198	591.224
Assuruá 5I, 5II e 5III	FDNE BB	-	Jul/2041	semestral/semestral	IPCA + ICSD Consolidado 2,30%	≥ 1,2	Conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações	400.118	342.816
Assuruá 5IV, 5V e 5VI	FDNE BB	-	Jun/2043	semestral/semestral	IPCA + ICSD Consolidado 2,84%	≥ 1,2	Conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações	403.240	215.148
								803.358	557.964
Moeda estrangeira								2.375.182	1.852.972
Serena Power	Offshore Loan	-	Ago/2026 (iii)	semestral/bullet (i)	SOFR + 2,60%	-	Aval corporativo	679.973	485.741
Serena Power	Offshore Loan	-	Ago/2026 (iii)	semestral/bullet (i)	SOFR + 2,60%	-	Aval corporativo	291.366	261.055
Goodnight I	Bridge Loan (iv)	-	Fev/2024	mensal/bullet	SOFR + 1,25%	-	-	-	943.992
Goodnight I	Term Loan (iv)	-	Jan/2029	trimestral/trimestral	SOFR + 1,75%	-	Aval corporativo (v)	222.673	-
Serena Desenvolvimento	Resolução 4131 (vi)	-	Fev/2024	bullet (i)	EUR + 6,0824% (vi)	-	Aval corporativo	-	162.184
Arco Energia S.A.	Resolução 4131	-	Dez/2025	bullet (i)	EUR + 3,8335%	-	Aval corporativo	11.828	-
Goodnight I	Tax Equity	-	variável (vii)	variável (viii)	USD + 7,90%	-	(v)	1.169.342	-
								2.375.182	1.852.972
								5.549.427	4.708.593

- (i) *Bullet* significa que o pagamento do principal (acrescido ou não de juros, conforme aplicável) deve ser realizado apenas no final do termo do empréstimo.
- (ii) Considera bônus de adimplência de 15% conforme contrato de financiamento do BNB.
- (iii) Em agosto de 2024, o vencimento foi postergado para agosto de 2026, conforme descrito na Nota 4.4.
- (iv) Foi contratado instrumento derivativo (*swap*) com intuito de proteger a exposição à SOFR (3,828% a.a.), conforme descrito na Nota 25.1.1.
- (v) A Companhia e sua subsidiária Serena Power, LLC, garantem obrigações de indenização assumidas por Goodnight I Class B Member, LLC (Investidor Classe B) no âmbito do *Tax Equity* de Goodnight I, bem como obrigações de recompor contas de reserva operacional, reserva de *trading* e reserva de capital (*Deficit Restoration Obligations*).
- (vi) Foi contratado instrumento derivativo (*swap*) com intuito de proteger a exposição ao EUR (CDI + 1,80% a.a.), conforme descrito na Nota 25.1.1.
- (vii) *Flip date* estimada para ocorrer até dezembro de 2033.
- (viii) Pagamento ocorre em função da geração efetiva de energia do projeto (e consequentemente do *Production Tax Credit*) dos rendimentos tributáveis auferidos pela *partnership company*.
- (ix) Debêntures (OGDS1) liquidadas em 2025 conforme Nota 26.1

13.2 Movimentação do saldo

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures do período é demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldos em 31 de dezembro de 2023 e 2022	4.702.623	2.882.241
Captação	2.135.556	2.197.629
Pagamento de principal	(1.755.750)	(408.848)
Amortização <i>Tax Equity</i> – crédito PTC (ii)	(57.599)	-
Encargos financeiros pagos	(441.253)	(225.113)
Encargos financeiros provisionados	476.755	343.227
Amortização de custo de transação	4.447	4.509
Reclassificação entre contas – ativo / passivo	(57.334)	-
Efeito de conversão de moeda estrangeira	514.300	(91.022)
Saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	5.521.745	4.702.623

(i) *Production tax credit* - PTC: créditos fiscais de produção com base na quantidade de energia elétrica (kWh) gerada e vendida, conforme requisitos estabelecidos pelo *Internal Revenue Service* (IRS).

13.2.1 Captações no exercício

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as controladas obtiveram os seguintes recursos:

Empresa	Data da contratação	Dívida	Consolidado
			Montante contratado
Goodnight 1 Class B Member, LLC	jan/24	<i>Construction Loan</i>	85.027
Assuruá 5 VI	fev/24	FDNE BB	83.825
TE Partners	fev/24	<i>Tax Equity</i>	913.854
Assuruá 5 Energia S.A. (i)	mar/24	Debêntures (Série 1 e 2)	825.000
Arco Energia 2 S.A.	mar/24	Debêntures	82.941
Arco Energia 2 S.A.	abr/24	Debêntures	20.735
Arco Energia 2 S.A.	mai/24	Debêntures	18.662
Arco Energia 2 S.A.	jun/24	Debêntures	9.946
Assuruá 5 I Energia S.A.	jul/24	FNE BB	13.231
Assuruá 5 II Energia S.A.	jul/24	FNE BB	12.917
Assuruá 5 III Energia S.A.	jul/24	FNE BB	685
Assuruá 5 IV Energia S.A.	jul/24	FNE BB	28.691
Assuruá 5 V Energia S.A.	jul/24	FNE BB	25.054
Assuruá 5 VI Energia S.A.	jul/24	FNE BB	21.962
Arco Energia S.A.	out/24	Resolução 4131	11.000
Assuruá 5 III Energia S.A.	dez/24	FDNE BB	4.804
Assuruá 5 IV Energia S.A.	dez/24	FDNE BB	1.762
Assuruá 5 V Energia S.A.	dez/24	FDNE BB	2.094
			2.162.190

(i) O saldo de captação de debêntures não está líquido do custo de captação no montante de R\$1.197.

Em dezembro de 2023, foram emitidos R\$ 350.000 em debêntures privadas pela Arco 2 Energia S.A., em 2 séries, com a liberação final do valor em 2024 no montante de R\$ 132.284. Sobre a 1ª série incorre juros de 1,02% a.a. Sobre a 2ª série incorre juros de CDI

+ 4,50% a.a. O pagamento dos juros remuneratórios e a amortização ocorrerão em uma única parcela, em dezembro de 2025, no vencimento da operação.

Em janeiro de 2024, a Companhia teve a liberação de recursos oriundos do sindicato composto por Mufg Bank LTD., Sumitomo Mitsui Banking Corporation e Cooperative Rabobank U.A., New York Branch relacionados aos contratos de financiamento do projeto Goodnight 1 no valor total de R\$ 85.027, equivalentes a US\$ 17.183. As amortizações dos recursos captados ocorreram em fevereiro de 2024 (conforme entrada em operação comercial do parque eólico e cumprimento de demais condições precedente previstas contratualmente), em um único vencimento (*bullet*) e sobre eles incidiram juros de SOFR + 1,25% a.a., os quais foram pagos mensalmente. Em fevereiro de 2024 com os recursos oriundos da captação do *Tax Equity*, a dívida foi parcialmente amortizada em R\$862.594 (US\$ 174.364) e o saldo remanescente de R\$ 187.000 (US\$ 37.806) teve seu vencimento postergado para janeiro de 2029, incidindo juros de SOFR + 1,75% a.a.

Em fevereiro de 2024, a Companhia obteve a liberação de recursos do Goldman Sachs referente ao *Tax Equity* de Goodnight I, no valor total de R\$ 913.854, equivalentes a US\$ 184.725. As amortizações do investimento realizado estão sujeitas a uma taxa de retorno preferencial de 7,90% a.a. As amortizações ocorrerão de acordo com a geração de energia efetiva (e, conseqüentemente, a geração de *Production Tax Credits*) e com o resultado tributável do projeto, com *Flip Date* projetado para ocorrer até janeiro de 2033. Vale ressaltar que o valor desembolsado pelo Goldman Sachs será amortizado em sua maior parte através de créditos fiscais (*Production Tax Credits* e prejuízo fiscal do projeto) gerados pela operação do parque Goodnight I. Não obstante, a Companhia identificou que sua categorização nos termos do CPC 39/48 (instrumentos financeiros) seria como um instrumento de dívida e não de capital.

Em fevereiro de 2024, a Companhia obteve a liberação de recursos do Banco do Brasil relacionado ao contrato de financiamento do projeto Assuruá 5 VI no valor de R\$ 83.825. Os recursos captados começarão a serem amortizados em outubro de 2025, semestralmente. Há incidência de juros de IPCA + 2,8435% a.a. Os juros passarão a ser pagos semestralmente junto com as parcelas de amortização, com vencimento final em junho de 2043.

Em março de 2024, foram emitidas debêntures no valor de R\$ 825.000 pela Assuruá 5 Energia S.A., em 2 séries. A 1ª série será atualizada pelo IPCA + 6,5004% a.a. A 1ª série tem vencimento em junho de 2035. A 2ª série será atualizada pelo IPCA + 7,1071% a.a. e tem vencimento em junho de 2041. Os juros de ambas as séries serão pagos semestralmente a partir de junho de 2024 e a amortização do principal terá início em dezembro de 2024 em curvas customizadas.

Em julho de 2024, a Companhia teve a liberação de recursos do Banco do Brasil relacionados ao contrato de financiamento do projeto Assuruá 5 III e 5 V no valor de R\$ 25.738 e recursos liberados para o projeto de Assuruá 5 I, 5 II, 5 IV e 5 VI no valor de R\$ 76.798. Os recursos captados começarão a ser amortizados semestralmente a partir de janeiro e abril de 2025 respectivamente. Há incidência de juros de IPCA + 2,30% a.a. na Assuruá 5 I, 5 II e 5 III e de IPCA + 2,8435% a.a. na Assuruá 5 IV, 5 V e 5 VI. Os juros serão pagos semestralmente junto com as parcelas de amortização, com vencimento final em julho de 2041 na Assuruá 5 I, 5 II e 5 III e em junho de 2043 na Assuruá 5 IV, 5 V e 5 VI.

Em outubro de 2024, a Companhia teve a liberação pela Arco Energia S.A. de recursos oriundos do *Loan* 4131 no valor total de R\$ 11.000, equivalentes a EUR 1.820. As amortizações dos recursos liberados e os juros ocorrerão no final da operação, que acontecerá em dezembro de 2025.

Em dezembro de 2024, a Companhia teve a liberação de recursos do Banco do Brasil de recursos oriundos ao contrato de financiamento do projeto Assuruá 5 III e 5 V no valor de R\$ 6.889 e de Assuruá 5 IV no valor de R\$ 1.763. Os recursos liberados começarão a ser amortizados semestralmente em janeiro de 2025 e abril de 2025 respectivamente. Há incidência de juros de TLP-IPCA + 2,30% a.a. na Assuruá 5 III e TLP-IPCA + 2,8435% na Assuruá 5 IV e na Assuruá 5 V. Os juros serão pagos semestralmente junto com as parcelas de amortização, com vencimento final em julho de 2041 na Assuruá 5 III e de junho de 2043 na Assuruá 5 IV e na Assuruá 5 V.

13.2.2 Liquidações do exercício

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as controladas efetuaram as seguintes liquidações de principal:

UGCs	Dívida	Consolidado Montante
Assuruá 4	FNE BNB	(29.222)
Assuruá 4 & 5	Debêntures	(694.439)
Goodnight I Class B Member LLC	<i>Bridge Loan</i>	(872.622)
Serena Desenvolvimento	Resolução 4131	(159.853)
		(1.756.136)

13.3 Cronograma de pagamento

Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas vencíveis, deduzidas dos gastos com captação de recursos, apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Principal	Juros	Consolidado
2025	1.154.472	107.321	1.261.793
Circulante	1.154.472	107.321	1.261.793
2026	1.077.937	1.157	1.079.094
2027	132.332	878	133.210
2028	123.767	850	124.617
2029	240.095	814	240.909
2030 a 2032	288.228	1.837	290.065
2033 a 2035	1.455.202	62.700	1.517.902
2036 a 2038	425.880	6.625	432.505
2039 a 2041	350.310	4.188	354.498
2042 a 2044	87.152	-	87.152
Não circulante	4.180.903	79.049	4.259.952
Total	5.335.375	186.370	5.521.745

O fluxo de caixa das amortizações da dívida trata-se de projeção, considerando os fluxos contratuais de amortização de principal, juros e estimativas de inflação e de curva de juros básicos.

13.4 Garantias

As garantias dos financiamentos e debêntures dos projetos são as usuais a um *Project Finance*, incluindo: contas reservas, cessão fiduciária dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação fiduciária das máquinas e equipamentos, alienação fiduciária das ações das SPES dos projetos e quando aplicável, cartas de fiança bancária. As debêntures da Arco 2 e da Assuruá 5, bem como a 4131 da Arco, contam com aval corporativo, assim como a 1ª emissão de debêntures da Serena Desenvolvimento, que além do aval, é garantida por alienação fiduciária de ações da Serena Geração. Os financiamentos contratados pela Serena Power são garantidos por aval corporativo.

13.5 Covenants financeiros

A Companhia, suas controladas e coligadas estão sujeitas a índices de restrição de endividamento (*covenants*), notadamente o Índice de Capital Próprio (ICP), Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) e o Índice Financeiro (Dívida Líquida/EBITDA), o cálculo depende do formato de financiamento adquirido por cada entidade do Grupo. O não cumprimento desses *covenants* limita a distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório e, em alguns casos, pode resultar em aceleração do vencimento das dívidas.

O cumprimento dos *covenants* financeiros é verificado pelos respectivos agentes credores, com base nas demonstrações financeiras auditadas das sociedades de propósito específico detentoras dos projetos, sendo a apuração trimestral no caso da Serena Desenvolvimento e anual em todos os demais casos. A administração acompanha os cálculos destes índices periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2024, todas as

empresas do Grupo estão em cumprimento com relação aos *covenants* financeiros relacionados a eventos de vencimento antecipado.

14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores O&M, equipamentos e serviços	1.319	1.926	41.578	226.245
Compra de energia ACL	-	7.872	2.051	32.742
	1.319	9.798	43.629	258.987
Apresentados no passivo:				
Circulante	1.319	9.798	43.629	258.987

Fornecedores O&M, equipamentos e serviços: representados substancialmente por: (i) fornecedores de O&M, (ii) compra de equipamentos nas empresas Assuruá 5 e Goodnight, e respectiva capitalização dos custos financeiros envolvidos para a aquisição destes equipamentos, e (iii) prestadores de serviços terceirizados, as atividades de operação e manutenção de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos de cada parque.

Compra de energia ACL: as compras de energia são realizadas substancialmente para a cobertura das garantias físicas das UGCs, de acordo com a estratégia de sazonalização de cada unidade.

O prazo médio de pagamento da Companhia é de, aproximadamente, 30 dias e sobre os saldos não há incidência de juros.

15. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

Política contábil

Os pagamentos de benefícios tais como salário ou férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

As subsidiárias da Companhia adotam o programa de participação nos resultados ("PPR") tendo como base contribuições das equipes e das UGCs e o desempenho global das empresas através do atingimento de indicadores de performance. A Companhia efetua a provisão baseada na medição periódica do cumprimento de metas e resultado, respeitando o regime de competência e o reconhecimento da obrigação presente resultante de evento passado no montante estimado da saída de recursos no futuro. A provisão é registrada como custo ou despesas operacionais de acordo com a atividade do empregado.

Os impostos a pagar decorrem das obrigações fiscais correntes, apuradas mensalmente com base nas legislações fiscais e jurisdições nas quais a Companhia opera. Estão incluídos impostos apurados nas esferas municipais, estaduais e

federais. Quando a Companhia é responsável tributária pelo recolhimento dos tributos de seus fornecedores, é efetuada a retenção desses tributos e recolhimento perante os órgãos competentes.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Obrigações trabalhistas				
Salários e encargos	671	368	860	686
Passivos trabalhistas	6.445	5.400	9.716	9.977
Obrigações tributárias				
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	9.342	4.626
Impostos a pagar	-	1.223	11.349	8.338
Tributos retidos sobre terceiros	-	143	656	3.068
	7.116	7.134	31.923	26.695

Passivos trabalhistas: Referem-se a contas a pagar de PPR (Programa de Participação nos Resultados), 13º salário e férias.

Impostos a pagar: Referem-se substancialmente a PIS e Cofins diferido e ICMS.

Tributos retidos sobre terceiros: Referem-se substancialmente aos impostos de contribuições sociais retidas na fonte, ISS e INSS sobre serviços tomados de terceiros.

16. CONTAS A PAGAR AQUISIÇÃO DE EMPRESAS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contas a pagar aquisição Goodnight (i)	-	-	98.643	77.122
Contas a pagar Assuruá 6 (ii)	67.067	115.676	67.067	115.676
Nota promissória (iii)	5.657	8.822	5.657	8.822
	72.724	124.498	171.367	201.620
Apresentados no passivo:				
Circulante	72.724	73.248	72.724	73.248
Não circulante	-	51.250	98.643	128.372

(i) Em junho de 2022, a Companhia adquiriu projetos para implantação de um complexo eólico (Goodnight) localizado no estado do Texas, EUA. Os valores não sofrem correção monetária até a data de liquidação.

(ii) Em março de 2022, a Companhia adquiriu os projetos de expansão do complexo Assuruá 6. Os valores são atualizados pelo CDI+3% a.a. até a data do pagamento.

(iii) Refere-se ao saldo da aquisição das debêntures de Assuruá 4 e Assuruá 5 e pagamento do prêmio do desenvolvedor. Os valores são atualizados pelo CDI+3% a.a. até a data do pagamento.

16.1 Cronograma de pagamento

Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas a vencer, apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Consolidado
2025	72.724
2026 a 2028	98.643

171.367

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Política contábil

As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Adiantamento de clientes	252.826	216.479	252.826	216.479
Serviços	9	1.912	20.555	9.912
Provisões diversas	65	-	26.513	21.505
Outras obrigações	-	6.593	41.004	31.039
	252.900	224.984	340.898	278.935
Apresentados no passivo:				
Circulante	9	8.506	28.044	22.596
Não circulante	252.891	216.478	312.854	256.339

Adiantamento de clientes: oriundo de recebimentos antecipados de clientes.

Serviços: referem-se substancialmente a serviços com O&M.

Provisões diversas: referem-se substancialmente a provisão com auditoria, descomissionamento e O&M.

18. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Política contábil

A Companhia possui empresas tributadas pelo regime do lucro real e presumido. A Companhia revisa anualmente a opção sobre o regime de tributação com base nas suas projeções de resultado, buscando sempre a opção que for economicamente mais favorável para a operação.

As empresas tributadas pelo lucro presumido auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas. As empresas tributadas pelo lucro real, auferem seu lucro com base no resultado contábil, ajustado por despesas ou receitas cuja tributação não é permitida ou exigida, temporária ou permanentemente. Os tributos são calculados à alíquota de 34% sobre o resultado tributável. Prejuízos fiscais podem ser compensados nas operações tributadas pelo lucro real, limitados a 30% do lucro tributável auferido no exercício.

O reconhecimento dos tributos sobre o lucro como diferidos é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, bem como dos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando existir um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável. Os impostos diferidos ativos não são reconhecidos quando a recuperabilidade destes ativos não for provável.

O total demonstrado como resultado de tributos sobre o lucro no resultado está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	Consolidado	
	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(341.050)	104.223
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição apurados pela alíquota corrente	115.957	(35.436)
Adições (exclusões) de natureza permanente	(127)	224
Equivalência patrimonial	88	-
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias	(87.353)	60.140
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido das subsidiárias	(3.785)	(7.007)
Resultado empresas EUA	(49.697)	-
Outros	91	217
Despesa de IRPJ e CSLL no resultado	(24.826)	18.138
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social - %	(7,28%)	(17,4%)

19. PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

Política contábil

As subsidiárias da Companhia arrendam terras nos parques eólicos e vinculam o arrendamento a um percentual sobre as receitas decorrentes da geração de energia dos empreendimentos. Esses contratos possuem vigência semelhante aos prazos de autorização governamental para operação dos parques, geralmente 35 anos.

Adicionalmente, a Companhia passou a registrar em suas demonstrações financeiras a locação de frota de veículos. O prazo final do contrato de locação de frota é em 2025.

Todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, com limitadas exceções, são reconhecidos como um passivo de arrendamento no balanço patrimonial no valor presente dos pagamentos mais custos diretamente alocáveis e ao mesmo tempo que reconhece um ativo representando o direito de uso correspondente ao ativo subjacente no prazo do arrendamento. Durante o prazo do arrendamento mercantil, o passivo é ajustado para refletir os custos financeiros e pagamentos feitos e o direito de uso é amortizado.

Os saldos dos passivos de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, mensurados a valor presente e descontados pela taxa de desconto, são apresentados a seguir:

Natureza dos contratos	% Arrendamento sobre geração	Vencimento final	Consolidado	
			2024	2023
Terras	Entre 0,60 e 1,80	2053	141.520	28.519
			141.520	28.519
Apresentados no passivo:				
Circulante			782	-
Não circulante			140.738	28.519

O ativo intangível decorrente do direito de uso está demonstrado na Nota 12.

A Companhia determinou as suas taxas de desconto com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos conforme os contratos de financiamento em cada UGC. As taxas de desconto médias utilizadas para cálculo do valor presente foram de 8,45% para o prédio da sede administrativa e para os terrenos, e representam a taxa incremental de financiamento.

A movimentação do passivo de arrendamento é apresentada a seguir:

	Consolidado
	Terras
Saldos em 31 de dezembro de 2023	28.519
Adições (Nota 11.1) (i)	112.226
Juros incorridos sobre o passivo	9.587
Pagamento de arrendamentos	(8.812)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	141.520

(i) Adições nos complexos de Assuruá 5 e Goodnight.

	Consolidado
	Terras
Saldos em 31 de dezembro de 2022	27.028
Adições	1.279
Juros incorridos sobre o passivo	809
Pagamento de arrendamentos	(597)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	28.519

Existem outros contratos de arrendamento, como por exemplo, pequenos imóveis, contudo não foram enquadrados dentro da política por possuírem baixo valor por conjunto de bens arrendados em um contrato de arrendamento. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante de despesas de arrendamento de baixo valor e de contratos de curto prazo foi de R\$164 (R\$ 1.548 em 31 de dezembro de 2023).

Para os contratos pessoa jurídica a Companhia toma crédito de PIS/COFINS sobre as operações de arrendamento de terras.

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso de arrendamentos, procedeu ao uso da técnica de fluxo descontado sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados, haja vista a vedação imposta pela norma contábil.

Desta maneira, para atender orientações das áreas técnicas da CVM são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso de arrendamentos, da despesa financeira e da amortização do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Consolidado	
Passivos de arrendamentos	
Conforme apresentado IFRS 16	210.201
Com efeito da inflação	178.973
Direito de uso de arrendamentos	
Conforme apresentado IFRS 16	185.486
Com efeito da inflação	166.508

20. PARTES RELACIONADAS

A Serena Desenvolvimento S.A. é controlada por Serena Energia S.A.

As informações apresentadas a seguir estão resumidas por UGC contraparte, quando forem relacionados aos saldos com empresas dentro do grupo sob controle desta Companhia e Serena Energia, que incluem empresas operacionais de geração de energia e comercialização, e empresas envolvidas com o desenvolvimento e implantação de projetos.

20.1 Ativos e passivos

O grupo de outros créditos e outras obrigações referem-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros).

20.1.1 Controladora

	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	Outros ativos	Outras obrigações	Outros ativos	Outras obrigações
Serena Geração (i)	871	(372.391)	-	(24.072)
Grupo Serena Desenvolvimento	-	-	749	(10)
Grupo Serena Energia	11.340	(1.567)	65	(1.306)
OD4	-	-	-	(404)
Total	12.211	(373.958)	814	(25.792)

(i) No exercício findo 31 de dezembro de 2024, a Serena Geração fez um adiantamento para compra de participação sob controle comum para Serena Desenvolvimento no montante de R\$ 230.000. Durante o

exercício. Durante o exercício de 2024, ocorreram transações de classificadas como debentures intercompany no montante de R\$ 124.096.

20.1.2 Consolidado

	2024								2023			
	Ativo				Passivo				Ativo		Passivo	
	Cientes	Outros ativos	Fornecedores	Outras obrigações	Cientes	Outros ativos	Fornecedores	Outras obrigações	Cientes	Outros ativos	Fornecedores	Outras obrigações
Serena Geração – Corporativo (i)	16.690	5.771	(86.771)	(376.137)	34.509	117	(23.632)	(27.665)				
Grupo Serena Desenvolvimento	-	-	-	(74)	-	1	-	(71)				
Serena Energia	-	11.297	-	(1.658)	-	-	-	(1.610)				
Mútuos a funcionários	-	8.676	-	-	-	-	-	-				
Total	16.690	25.744	(86.771)	(377.869)	34.509	118	(23.632)	(29.346)				

(i) No exercício findo 31 de dezembro de 2024, a Serena Geração fez um adiantamento para compra de participação sob controle comum para Serena Desenvolvimento no montante de R\$ 230.000. Durante o exercício. Durante o exercício de 2024, ocorreram transações de classificadas como debentures intercompany no montante de R\$ 124.096.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 da Serena Desenvolvimento S.A. é de R\$ 942.613, representado por 948.608.546 ações ordinárias, sem valor nominal. As ações da Companhia são detidas pela Serena Energia S.A.

21.1 Participação de não controladores

O saldo em 31 de dezembro de 2024 refere-se à participação que a Apolo detém sobre a controlada Arco Energia S.A.

	Participação dos não controladores
Saldo em 31 de dezembro de 2023	34.957
Integralização de capital	30.241
Lucro do exercício	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	65.185

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não obteve lucro e por esse motivo não a proposta para destinação de dividendos.

22. RECEITA

Política contábil

Os contratos de venda de energia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de

Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física (geração), ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração e compras), denominado balanço energético, que credita ou debita a diferença entre as vendas e efetiva geração para a Companhia, normalmente ao valor do PLD.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, ao seu valor justo, apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

O quadro a seguir apresenta a receita operacional líquida para o exercício findo em 31 de dezembro:

	Consolidado	
	2024	2023
Mercado interno		
Vendas no ACL	357.467	349.489
MCP - CCEE	1.784	6.413
Vendas no ACL – partes relacionadas	164.939	70.271
Outras	100.532	-
Mercado externo		
Vendas no mercado externo	84.249	-
Vendas no mercado externo - PTC	138.171	3.933
MTM carteira de trading	(33.470)	-
Impostos e deduções de vendas		
PIS e COFINS	(32.946)	(29.858)
ICMS	(13.931)	(7.299)
Deduções de vendas	(491)	(98)
	766.304	392.851

Para o exercício findo em 31 de dezembro, a Companhia não possuía clientes que participavam individualmente com percentual superior a 10% da receita operacional líquida consolidada.

23. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Custos da operação e compra de energia		Outras receitas e despesas		2024		Consolidado 2023	
	Gerais e administrativas	operacionais	Gerais e administrativas	operacionais	Total	Gerais e administrativas	operacionais	Total
Compra de energia								
Compra de energia – Mercado ACL	2.380	-	-	-	2.380	(42.637)	-	(42.637)
Compra de energia – MCP – CCEE	(13.845)	-	-	-	(13.845)	(2.783)	-	(2.783)
Compra de energia – Intercompany (Nota 20)	(218.345)	-	-	-	(218.345)	(39.119)	-	(39.119)
Depreciação e amortização	(236.329)	(8.387)	-	-	(244.716)	(57.158)	(128)	(57.286)
Serviços de manutenção e conservação	(56.988)	-	-	-	(56.988)	(23.436)	-	(23.436)
Encargos de uso da rede elétrica	(33.582)	-	-	-	(33.582)	(24.829)	-	(24.829)
Gastos com pessoal	(2.623)	(17.758)	-	-	(20.381)	(325)	(14.003)	(14.328)
Serviços de terceiros	(20.752)	(14.437)	-	-	(35.189)	(315)	(8.770)	(9.085)
Outros	(9.165)	6.478	455	-	(2.232)	(2.330)	(1.601)	28.754
	(589.249)	(34.104)	455	(622.898)		(192.932)	(24.502)	28.754 (188.680)

Compra de energia: A energia é adquirida de terceiros e tem como finalidade complementar a geração otimização de portfólio da Companhia em relação à posição vendida na CCEE. Essa informação está líquida dos créditos de PIS e COFINS.

24. RESULTADO FINANCEIRO

Política contábil

Compreendem principalmente os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variações monetárias e ajuste a valor presente, reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	567	3.786	29.838	3.252
IRRF sobre aplicações financeiras	(746)	(1.443)	(746)	(2.396)
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	(98)	(188)	(3.051)	(1.172)
Outras receitas	1.630	58	2.172	376
	1.353	2.213	28.213	60
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(88.556)	(69.226)	(418.751)	(238.136)
Comissão sobre fiança	-	-	(14.845)	(15.084)
Custo de transação	(1.536)	(1.515)	(4.446)	(4.510)
Juros sobre arrendamentos operacionais	(2)	-	(9.587)	(810)
Atualização monetária contas a pagar aquisição de empresas	(12.390)	(14.631)	(12.390)	(15.142)
Atualização monetária	-	(20.901)	-	(15.248)
Variação cambial	(46)	(4.784)	(716)	(4.784)
Outras despesas	(49.645)	(8.828)	(52.194)	(14.740)
	(152.175)	(119.885)	(512.929)	(308.454)
	(150.822)	(117.672)	(484.716)	(308.394)

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política contábil

A Serena Desenvolvimento classifica ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente; e
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, são ativos financeiros mantidos pela Serena Desenvolvimento (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Compreende o saldo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, dependendo do resultado obtido.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente no seu reconhecimento inicial, a Serena Desenvolvimento pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente. Atualmente a Serena Desenvolvimento não trabalha com nenhum instrumento classificado nessa categoria.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado compreende no seu reconhecimento inicial o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro passa a não ser mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Serena Desenvolvimento transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação que

essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Hierarquia do valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Serena Desenvolvimento determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no período findo em 31 de dezembro de 2023 para esses ativos.

25.1 Classificação dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros do Grupo, apresentados nas informações contábeis financeiras:

	2024		Consolidado 2023	
	Nível 2	Nível 3	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes	191.230	-	7.356	-
Aplicações financeiras	-	-	332.749	-
Aplicações financeiras - Caixa restrito	199.535	-	20.534	-
Clientes	63.648	-	82.670	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.521.745)	-	(4.702.623)	-
Fornecedores	(43.629)	-	(258.987)	-
Passivos de arrendamentos	(141.520)	-	(28.519)	-
Contas a pagar aquisição de empresas	(171.367)	-	(201.620)	-
Ativos e passivos financeiros ao valor justo				
Instrumentos derivativos posição ativa	5.976	-	-	-
Instrumentos derivativos posição passiva	-	-	(9.356)	-
Outros créditos - <i>Revenue put</i> (Nota 9)	-	77.188	-	77.048

Outros créditos – CRR e Trafigura (Nota 9)	1.706	-	14.787
--	-------	---	--------

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Em relação ao caixa restrito, são efetuadas aplicações em títulos de taxas pós fixadas, atreladas ao CDI e presume-se que seu valor justo esteja próximo ao saldo contábil. Em relação aos empréstimos e financiamentos, a Companhia possui operações contratadas substancialmente com o BNDES, remuneradas à TJLP, que é um instrumento de financiamento de projetos de longo prazo, para o qual não existe um mercado ativo, portanto, presume-se que o valor contábil esteja próximo ao valor justo.

25.1.1 Proteção de fluxo de caixa com derivativos

a) Derivativos de taxa de juros de empréstimos (swap)

A Companhia por meio de sua controlada Goodnight I Class B Member, LLC contratou instrumentos derivativos (*Swap*) com intuito de proteger a exposição da companhia em compromissos de empréstimos para desenvolvimento de projetos em solo americano, que expõe a companhia a flutuações nos valores dispendidos em contratos em dólar (USD+SOFR). Esses instrumentos não foram designados como *hedge accounting* em sua adoção inicial, portanto, a marcação a mercado desses derivativos é diretamente registrada em conta de resultado financeiro do período.

b) Proteção de taxa de câmbio com derivativos

A Companhia designou formalmente relações de hedge de fluxos de caixa para a proteção de fluxos futuros altamente prováveis expostos ao Euro referentes a empréstimos e financiamentos realizados nesta moeda (Resolução 4131, Nota 12). Com o objetivo de melhor refletir os efeitos contábeis da estratégia de *hedge* cambial, a Companhia designou instrumentos derivativos contratados em Euro+6,084% x CDI+1,80% como instrumento de *hedge* de sua exposição. Com isso, a variação cambial decorrente dos passivos designados é registrada transitoriamente no patrimônio líquido e foi integralmente levada ao resultado decorrente do encerramento da posição em março de 2024.

c) Opção de venda de energia (ERCOT)

A Companhia por meio de sua controlada FGE Goodnight I LLC contratou como parte de sua estratégia de proteção a variação de preços no mercado de energia do Texas (ERCOT) opções de venda de energia para parte da produção da usina Goodnight I. Com esse instrumento parte da geração da usina obtém um piso de preço de venda. Como foi classificada como instrumento financeiro de nível 3 devido à complexidade

de cálculo e variáveis não observáveis no mercado, parte do valor pago será amortizado durante o prazo do instrumento em 10 anos e o restante será ajustado pelo valor justo do instrumento a cada período de reporte.

25.1.2 Instrumentos de proteção: Derivativos

a) Posição da carteira de instrumentos financeiros derivativos

Swap cambial Euro+6,0824% x CDI+1,80%

A Companhia possuía operações de derivativos, para proteger sua dívida em EUR captada em agosto de 2023 pela sua controlada Serena Desenvolvimento S.A., no montante de EUR\$30 milhões (equivalente a R\$161 milhões) com custo compatível com o usualmente praticado pela Companhia, posição que foi integralmente encerrada em março de 2024.

Swap de taxa 3,825% x SOFR (*Term Loan*)

A Companhia tem operações de derivativos, para proteger sua dívida em USD para financiamento do projeto Goodnight 1 (*Term Loan*), com *notional* de US\$ 37.222 milhões (R\$ 202.787 milhões) em 31 de dezembro de 2024.

Abaixo é apresentada a posição dos derivativos:

Instrumento	Derivativo	Vencimento da operação	Moeda Notional	Notional	Valorização (R\$)		Valor justo (mercado) Valor a receber / (pagar)	Consolidado	
					Posição Ativa	Posição Passiva		2024	2023
3,828% a.a. x SOFR (i)	Swap de taxa	31/12/2033	USD	37.159	1.706	-	1.706	1.706	(571)
EUR X CDI (ii)	Swap cambial	28/02/2024	EUR	-	-	-	-	(6.678)	-
				37.159	1.706	-	1.706	(4.972)	(571)

(i) Em dezembro de 2024. O *notional* contratado varia mensalmente conforme saldo devedor projetado dos financiamentos de projetos em desenvolvimento em Goodnight 1.

(ii) Posição encerrada em março de 2024.

Classificação dos derivativos no balanço patrimonial e resultado

Instrumentos	Consolidado 2024					
	Ativo			Passivo		Resultado financeiro líquido
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Total	
Preço energia (EUA - Texas)	18.561	58.627	77.188	-	-	58.640
Preço energia (Ercot)	17.671	-	17.671	-	-	(15.133)
3,828% a.a. X SOFR	-	-	-	1.706	1.706	7.167
EUR X CDI	-	-	-	-	-	(6.678)
Total Swap	36.232	58.627	94.859	1.706	1.706	43.996

Consolidado							
2023							
Instrumentos	Ativo			Passivo		Patrimônio	Resultado
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Total	Líquido	financeiro líquido
Preço energia (EUA - Texas)	25.422	51.626	77.048	-	-	-	(1.508)
Preço energia (Ercot)	32.655	-	32.655	-	-	-	1.324
3,828% a.a. X SOFR	-	-	-	2.763	2.763	-	5.745
EUR X CDI	-	-	-	6.593	6.593	(4.103)	-
Total Swap	58.077	51.626	109.703	9.356	9.356	(4.103)	5.561

25.2 Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros

25.2.1 Aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos

Com o objetivo de verificar a sensibilidade das aplicações financeiras e dívidas a taxas de juros, na data de 31 de dezembro de 2024, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da CDI, TJLP e IPCA, foi definido o cenário provável para o período a partir de dezembro de 2024 com taxa de 10,40% para o CDI, 6,91% para TJLP e 4,23% para o IPCA e, a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%. Para os contratos de dívida atrelados à moeda estrangeira, utilizamos a P-TAX de R\$ 5,5589 e SOFR média do período projetado de 5,34%.

Para cada cenário foi calculada a despesa/receita financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato. A data base utilizada para os financiamentos foi de 31 de dezembro de 2024, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade deles em cada cenário, conforme detalhado abaixo:

Empréstimos e financiamentos							
	Exposição	Risco	Cenário	Cenário	Cenário	Cenário	Cenário
			provável	possível 25%	possível 50%	possível -25%	possível -50%
Desenvolvimento	1.049.097	Variação do CDI	158.789	191.504	224.218	126.074	93.360
Desenvolvimento	2.125.148	Variação do IPCA	192.912	219.613	246.314	166.211	139.510
Desenvolvimento	971.339	USD + 5,65% e 7,50%	62.869	78.586	94.303	47.152	31.434
Desenvolvimento	222.673	SOFR + 1,75%	12.336	14.724	17.112	9.948	7.560
Desenvolvimento	11.828	EURO + 3,83	453	567	680	340	227
Em 31 de dezembro de 2024	4.380.085		427.359	504.994	582.627	349.725	272.091
Em 31 de dezembro de 2023	4.702.623		422.936	511.086	599.237	334.783	246.633

Aplicações financeiras						
	Indexador	Posição	Cenário	Cenário	Cenário	Cenário
			provável	possível 25%	possível 50%	possível -25%
Aplicações financeiras	CDI	147.379	17.907	22.383	26.860	13.430
Caixa restrito	CDI	199.535	24.244	30.304	36.365	18.183
Em 31 de dezembro de 2024		346.914	42.151	52.687	63.225	31.613
Em 31 de dezembro de 2023		353.283	51.157	41.447	61.736	30.868

Posição líquida					
	Cenário	Cenário	Cenário	Cenário	Cenário
					provável
Em 31 de dezembro de 2024	10.297.274	1.061.772	1.253.600	1.445.422	869.948
Em 31 de dezembro de 2023	4.297.976	371.779	469.639	537.501	303.915

25.2.2 Derivativos de exposição de taxa

A Companhia considerou os cenários 1 a 4 com +50bps, -50bps, +100bps e -100bps de deterioração para volatilidade da taxa de empréstimos SOFR em moeda USD, utilizando como referência o valor presente líquido da dívida convertida a taxa de fechamento do dólar em 31 de dezembro de 2024. As taxas utilizadas na análise de sensibilidade e seus respectivos cenários são demonstrados a seguir:

Taxa	Taxa de juros	Cenário Provável	Consolidado 2024			
			Cenário 1 +50bps	Cenário 2 -50bps	Cenário 3 +100bps	Cenário 4 -100bps
SOFR	4,00%	4,00%	4,50%	3,50%	5,00%	3,00%

Os possíveis efeitos no resultado, considerando os cenários 1 a 4 são demonstrados a seguir:

Instrumentos	Posição R\$	Risco	Consolidado 2024				
			Cenário provável	Cenário 1 +50bps	Cenário 2 -50bps	Cenário 3 +100bps	Cenário 4 -100bps
VPL Juros projetados em USD	40.738	SOFR	40.738	45.837	35.640	50.935	30.542
MTM Interest Rate (Swap)	(1.706)	SOFR	(1.706)	(6.385)	3.124	(10.921)	8.108
Posição líquida	39.032		39.032	39.452	38.764	40.014	38.650

25.3 Risco de liquidez

A tabela a seguir analisa passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela abaixo são fluxos de caixas não descontados contratados.

					Consolidado	
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	2024	2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.551.213	1.299.441	913.846	4.664.431	8.428.931	5.598.592
Passivos de arrendamentos	6.236	12.447	32.378	128.447	179.508	-
Contas a pagar aquisição de empresas	80.962	5.429	1	-	86.392	216.877

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

26.1 Liquidação antecipada de Debêntures

Em março de 2025 a Companhia liquidou de forma antecipada a Debêntures (OGDSI) no montante de R\$ 676.553. A operação realizada de acordo com a estratégia da companhia para normalização do CCL negativo conforme informado na Nota 2.2.

* * *

RELATÓRIO DO AUDITORES INDEPENDENTES

Serena ***Desenvolvimento S.A.***

***(Anteriormente denominada
Omega Desenvolvimento S.A.)
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Serena Desenvolvimento S.A.
(Anteriormente denominada
Omega Desenvolvimento S.A.)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Serena Desenvolvimento S.A. ("Companhia"), anteriormente denominada Omega Desenvolvimento S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Serena Desenvolvimento S.A.
(Anteriormente denominada
Omega Desenvolvimento S.A.)

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Serena Desenvolvimento S.A.
(Anteriormente denominada
Omega Desenvolvimento S.A.)

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5